

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. Tel.: 266-7099 (PABX).



JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Precisamos aproveitar as boas tendências

Há muita gente que acusa a imprensa de ter uma franca propensão para as más notícias. E tem certa dose de razão. Mesmo o noticiário econômico, que deveria primar pela objetividade e isenção, costuma padecer desse desvio. Quando a situação de momento é muito ruim, os analistas econômicos, a maioria deles, pelo menos, deitam e rolam, como diz o povo. Quando os fatos não são tão ruins, ou quando o momento é de melhora, a tendência desses mesmos analistas é procurar no futuro próximo ou mediano sinais de perigo e de sombria evolução. Quer dizer, o foco da análise se desloca do momento presente para o momento futuro em busca compulsiva do que é pior. Hoje cumprimos, com satisfação, o dever de comentar algumas boas notícias.

A Argentina, atualmente, ocupa amplo espaço nos jornais do mundo inteiro porque está vivendo o seu pior momento nos últimos anos. Chegou, por assim dizer, ao fim da linha e o pacote de medidas econômicas do presidente Raul Alfonsín não representa a melhor ou a pior escolha, ou mesmo a escolha intermediária. Representa pura e simplesmente a falta total de margem de escolha — instante em que paradoxalmente os indivíduos, as sociedades ou os governos acabam diante da escolha única: fechar os olhos e mergulhar de cabeça no inevitável, torcendo para dar certo. Daqui para a frente ou o pacote dá certo e o novo ministro da Economia da Argentina vira herói nacional, ou não dá certo e ele estará no chão, possivelmente junto com seu governo. Os fados é que ditarão o curso.

O Brasil não está no fim da linha, ou na mão dos fados. Irretorquivelmente, já atravessamos o fundo do poço. A inflação, o nosso grande fantasma, está alta, sem dúvida, mas já esteve mais alta e encontra-se em declínio. As taxas de juros, outro fantasma, estão altas em termos reais, mas baixaram consideravelmente desde o início do ano e apresentam neste momento tendência de continuar baixando, conforme mostrava ainda ontem nosso comentarista Fábio Pahim Jr. As nossas reservas cambiais elevaram-se desde o início do ano, o que significa, na prática, maior fôlego nas negociações com os credores externos. Por falar nisso, as taxas de juros internacionais também estão em queda. De fato, a Libor, a taxa de Londres, que incide sobre a maior parte da nossa dívida, desceu de 9% ao ano para 7,69% agora, enquanto a prime rate norte-americana vem recuando mês a mês e situa-se neste momento na casa dos 9,5%, com nova baixa já prevista. Mais importante, todavia, do que o simples recuo, que já nos permite sensíveis economias de divisas (uma vez que cada recuo de 1% em média nos juros internacionais nos proporciona cerca de um bilhão de dólares de despesas a menos, se for mantido durante um ano), é a diminuição dos juros reais. No caso da Libor, eles caíram de 6,18%, em fins de 1984, para 3,7% agora, fato que melhora consideravelmente o diálogo com os credores, uma vez que a tensão psicológica e a rigidez de atitudes se tornam maiores com juros reais altos.

Finalmente, dentro desse quadro notoriamente mais positivo do que o de um ano atrás, ou do que o do final do ano passado, está ainda a queda efetiva dos preços médios do petróleo no mercado internacional e as notícias de continuação dessa queda.

Aqui nos seja permitido abrir um parêntese em nosso raciocínio para dizer que o consumidor e a economia brasileira só não se estão beneficiando amplamente desse fator — como ocorre em todas as economias mundiais — porque a Petrobrás e o CNP decidiram “congelar” o preço do petróleo, para efeito de cálculo dos preços de venda de derivados, em 29 dólares o barril, conforme já comentamos na semana passada. O preço internacional médio está abaixo disso e continua a cair. A justificativa desse bloqueio a um benefício vindo da área externa é propiciar recursos à Petrobrás para seus programas de investimento. O presidente da empresa, sr. Hélio Beltrão, defende essa decisão dizendo que a Petrobrás não pode vender petróleo a preço de custo e que estão querendo acabar com os lucros da empresa para obrigá-la a pedir ao Congresso recursos de investimento: “Querem transformar uma empresa superavitária em deficitária” — diz ele.

Não é verdade. O lucro de uma empresa vem da diferença entre receitas líquidas e despesas brutas. No preço da gasolina e de outros derivados já está a margem de lucro da Petrobrás. Acontece que essa margem de lucro era e é maior do que parece porque a despesa efetiva da Petrobrás com matéria-prima, que é o petróleo, é menor do que consta nos livros. Então, o que se quer é eliminar o lucro extra da Petrobrás, o lucro escondido e omitido por ela, em benefício da sua própria liberdade de ação e autonomia nas decisões sobre o que fazer com o dinheiro que o público lhe paga. O que se quer é submeter a Petrobrás e suas decisões ao comando da Nação e do governo, obrigando-a a expor tudo o que está ganhando e como está aplicando. Só isso. Ou seja, fazer a Petrobrás sair da Velha República e conformar-se com a Nova.

Mas, retornando ao nosso tema principal, depois desse desvio que era importante e, afinal, diz respeito também ao controle do setor público, o que precisamos, neste momento, é ter perfeita consciência da nossa situação, que deixou de ser desesperante: existe realmente oportunidade muito mais concreta de sairmos definitivamente da crise do que existia há meses. Não podemos, por discussões estereis e acessórias, deixar de ver o principal e perder essa oportunidade. Temos de agir para aproveitá-la, consolidando e ampliando o terreno já conquistado. A Argentina teve de esperar chegar ao final da linha para ser obrigada a adotar medidas draconianas e atitudes heróicas de austeridade, cortando agora, como se viu no noticiário, praticamente toda a atividade do setor público, incluindo obras em andamento e estratégicas.

Nós não precisamos ir a esse ponto. Estamos em situação melhor. Mas precisamos deter o crescimento do déficit público — único indicador que não dá sinais de melhora — com um corte efetivo

e eficaz de gastos, decidido serenamente, porém com firmeza. Estamos ainda em condições de poder evitar uma ação traumática e realmente recessiva nessa área, como a do governo Alfonsín. É só termos juízo e lucidez. Mas não podemos facilitar nem negligenciar, pois tal atitude nos levará a perder o horizonte favorável. Façamos o que realmente precisa ser feito. Enquanto o momento é positivo e outros fatores nos permitirão assimilar um emagrecimento do setor público sem recessão, e até, ao contrário, com perspectivas adicionais de reativação.